

Sarney sugere reestudo de regime

Parlamentarismo ou presidencialismo, para ele, pode ser melhorado

Ao desembarcar ontem na Base Aérea de Brasília, procedente do Território de Fernando de Noronha, o presidente José Sarney afirmou que as emendas presidencialistas e parlamentaristas podem ser melhoradas e modificadas, e aconselhou a Assembléia Nacional Constituinte a estudar melhor o assunto. Sarney entende que a discussão sobre o sistema de governo foi prejudicada com a limitação ao debate "pessoal" do tempo de seu mandato.

O presidente Sarney estava muito à vontade, e atendeu apelo dos jornalistas, concedendo a pequena entrevista. Ele disse que não desejava mais interferir ou opinar sobre os trabalhos da Constituinte, observando que vai se empenhar para que as suas decisões tenham pleno êxito e para que a transição democrática seja concluída com instituições fortes e consolidadas.

Sarney desembarcou às 11h40 e foi recebido pelos ministros Ronaldo Costa Couto (Gabinete Civil) e Ivan de Souza Mendes (SNI). Os dois passaram para o presidente as últimas informações sobre os acontecimentos políticos em Brasília, mas não quiseram revelar o conteúdo da conversa. Costa Couto alegou tratar-se de assunto interno, enquanto Ivan Mendes recusou-se a falar sobre a sua conversa com o deputado Ulysses Guimarães, ontem, quando discutiram o sistema de governo e o mandato de Sarney.

O presidente chegou à Base acompanhado do ministro-chefe do Gabinete Militar, general Bayma Denys, e de dona Marly Sarney. Ele estava em Fernando de Noronha, onde chegou na sexta-feira, à tarde, para inaugurar várias obras da Legião Brasileira de Assistência (LBA), que tem dona Marly como presidente do seu conselho consultivo.

Esta é a íntegra da entrevista:

A Assembléia Nacional Constituinte vota nesta semana o sistema de governo e o mandato do Presidente da República. Qual é a sua expectativa?

— Olha, este é um assunto da Assembléia Nacional Constituinte. Eu não quero mais opinar. Eu tenho um ponto de vista que a Nação

conhece. E qualquer que seja a solução que a Assembléia Nacional Constituinte tome, todos nós devemos nos empenhar para que ela tenha pleno êxito, para que cheguemos ao fim do processo de transição democrática com instituições fortes e consolidadas.

O senhor vai lutar pelo mandato de cinco anos na Assembléia Nacional Constituinte?

— Eu já disse que o que a Assembléia Nacional Constituinte decidir nós teremos absoluto desejo de que tenha êxito. Da maneira que o que ela decidir nós estaremos prontos para ajudar, para dentro desses parâmetros tornar melhor para o Brasil o que for decidido.

O ministro da Aeronáutica, Octávio Moreira Lima, disse que os militares não fecham questão sobre o sistema de governo — parlamentarista ou presidencialista. O que o senhor achou dessas declarações?

— Eu lamento que o processo da Constituinte tenha ficado muito limitado à discussão pessoal do tempo de mandato, não permitindo que se aprofundasse no debate sobre o sistema de governo — parlamentarista ou presidencialista. Todas as emendas que estão em apreciação, tanto a parlamentarista como a presidencialista, podem ser melhoradas. Eu acho que é um assunto que a Assembléia tem uma ampla margem para ainda estudar.

O que o senhor acha da proposta para um acordo sobre a adoção do sistema parlamentarista com mandato de cinco anos?

— Olha, como estou te dizendo, eu acho que é um trabalho da Assembléia Nacional Constituinte e dos partidos que estão dentro da Assembléia Nacional Constituinte. Eu não desejo interferir nos trabalhos. Se eu fosse interferir, poderia parecer que eu estou fazendo qualquer barganha tratando do tempo de mandato e misturando com o tempo de governo. E toda a minha posição nesse processo é uma posição que tem em vista o interesse nacional e não nenhum problema pessoal a defender.

Sarney deixou a Base Aérea acompanhado do governador do Maranhão, Eptácio Cafeteira, e foi para o Palácio da Alvorada. No mesmo carro foi também dona Marly.

Couto insiste em cinco anos

A posição do governo em relação ao sistema de governo e ao mandato do presidente José Sarney continua "imutável", afirmou ontem o ministro-chefe do Gabinete Civil da Presidência da República, Ronaldo Costa Couto, na Base Aérea de Brasília, depois de informar ao presidente os últimos acontecimentos políticos da capital.

Costa Couto não quis adiantar um prognóstico para a votação da Assembléia Nacional Constituinte, que deve começar nesta semana, argumentando que "pré-julgado, ou seja, antecipar julgamento sobre o que não aconteceu, não é bem do estilo mineiro e nem me compete como ministro do presidente Sarney".

O governo estaria disposto a aceitar a tese do sistema parlamentarista com mandato de cinco anos? quis saber um repórter. "Esse assunto está com os constituintes. Eles vão decidir a respeito. O governo tem o seu ponto de vista, já o expressou e é do conhecimento público. O ponto de vista do governo: mandato de cinco anos e presidencialismo não imperial — um presidencialismo com um Congresso forte", explicou.

O ministro observou que a democracia brasileira, apesar de nova e jovem, é forte, mas precisa ser tra-

tada com cuidado: "E como uma plantinha que se tem de regar todos os dias", disse, ressaltando que não acredita na intervenção dos militares, como tem se propagado por vários pontos do País.

— Os militares são o fiel da transição democrática e têm demonstrado um comportamento irrepreensível, — ninguém pode negá-lo. O papel dos militares na reimplantação da democracia brasileira é algo de notável que só os engrandecem diante da Pátria, diante do País — acrescentou.

O ministro disse que não tem nenhum encontro marcado entre Sarney e o deputado Ulysses Guimarães, para discutir o sistema de governo e a duração do mandato presidencial, mas não descartou a hipótese de isso acontecer. "O Presidente está disponível sempre para conversar sobre os interesses do Brasil e a evolução do processo democrático".

— Estamos chegando aos momentos decisivos da Constituinte. O governo está acompanhando isso, porque é interesse do povo brasileiro e de interesse do País, do governo. As coisas têm de ser ditas com sinceridade. Agora, todos, aqui, respeitamos a liberdade da Constituinte. Sabemos que ela é livre, e não se esqueça um só minuto de que foi o presidente Sarney que a convocou — observou.

PT tentará acordo com parlamentaristas

Da Sucursal

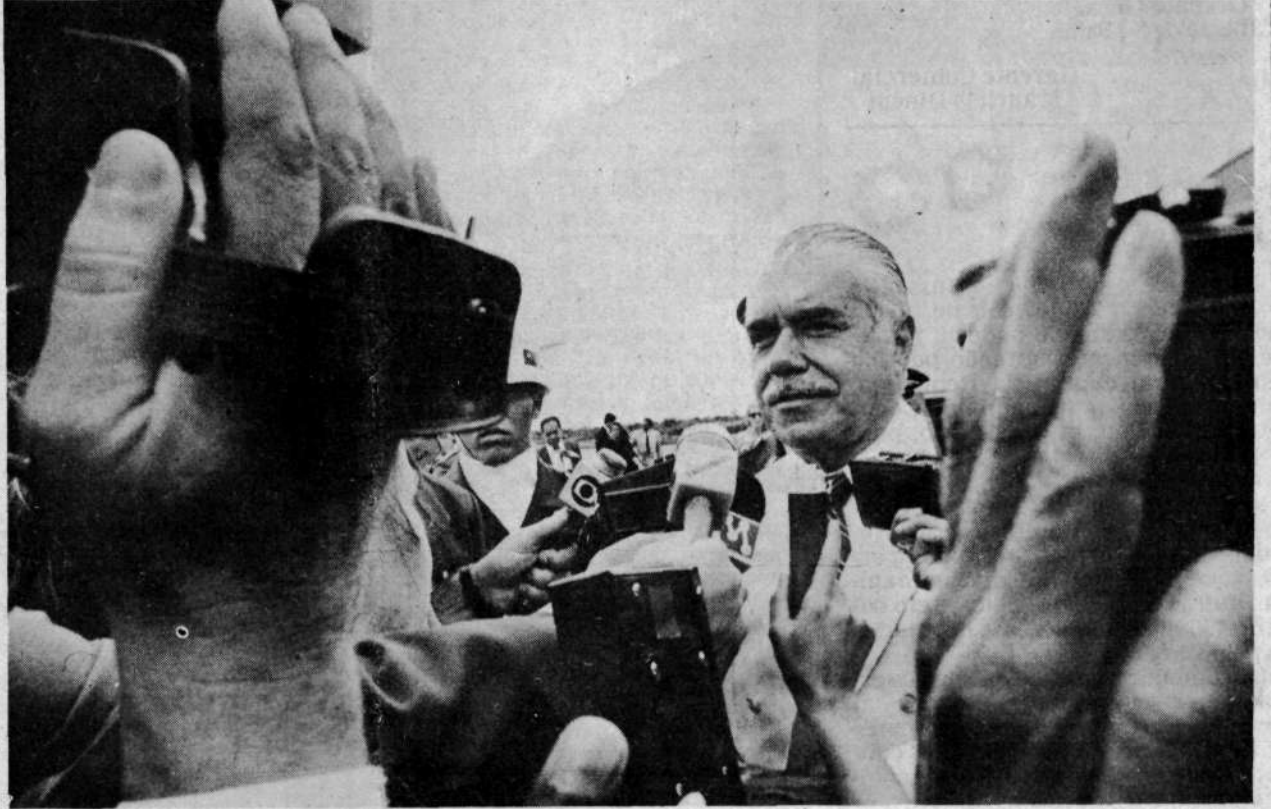
São Paulo — Para evitar que seja aprovado o mandato de cinco anos para o presidente José Sarney, se vencer o parlamentarismo na votação do sistema de governo, a executiva nacional do PT autorizou a sua bancada federal a buscar acordo com constituintes parlamentaristas ou parlamentaristas através de um manifesto pela realização das eleições presidenciais ainda este ano.

Essa foi a saída encontrada na reunião do último sábado na sede nacional do PT, na Vila Mariana, em São Paulo, quando o deputado Paulo Delgado (PT-MG) propôs à executiva a rediscussão da posição presidencialista no interior do partido, caso seja apresentada emenda propondo parlamentarismo com quatro

anos. "Não existe regimentalmente esta possibilidade. Se ocorrer o buraco negro, convocaremos imediatamente a executiva para uma reunião em Brasília para tomar posição sobre o assunto" — analisou o secretário-geral do PT, deputado Estadual José Dirceu.

A posição unânime dos petistas continua sendo, segundo José Dirceu, pelo presidencialismo com quatro anos. "Avaliamos na reunião o quadro em que se pode dar a votação do sistema de governo na Constituinte, para evitar que na esteira da aprovação do parlamentarismo se dê cinco anos de mandato para o presidente José Sarney", ponderou o secretário-geral, que pretende acompanhar na próxima quinta-feira a votação do sistema de governo em Brasília.

ADAUTO CRUZ



Vindo de Fernando de Noronha, Sarney queixou-se do "debate pessoal" da Constituinte sobre seu mandato

Só acordo evitará o buraco negro

BETH MUNHOZ

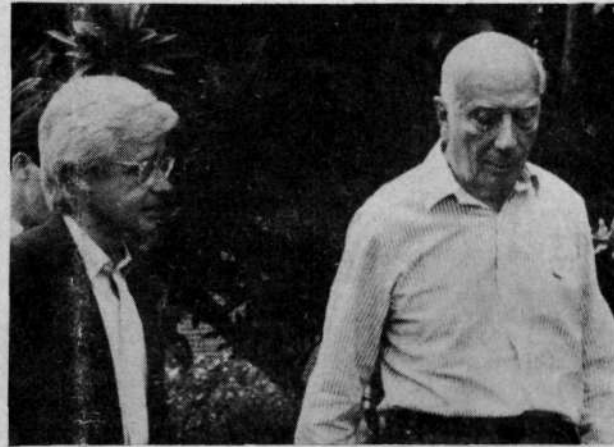
O presidente e o relator da Assembléia Nacional Constituinte, Ulysses Guimarães e Bernardo Cabral, começaram ontem a discutir as diversas opções para um entendimento, diante da hipótese, bastante provável, da ocorrência de buraco negro na votação do sistema de governo.

Ulysses Guimarães, que reuniu-se ontem por mais de três horas, com os governadores Moreira Franco e Pedro Simon, e com os ministros Renato Archer e Luiz Henrique, deixou a casa do ministro da Previdência visivelmente irritado, e a única coisa que disse à imprensa foi que "essa é uma propriedade particular".

Embora não torne pública sua posição — "eu sou um coordenador" — o presidente da Constituinte acha razoável a proposta de parlamentarismo com cinco anos de mandato, e já teria fechado acordo nesses termos, se não fosse a resistência de lideranças de peso dentro do PMDB, como os senadores Mário Covas, José Richa e Fernando Henrique Cardoso.

O relator Bernardo Cabral, que reuniu-se com ele ontem, na residência oficial do presidente da Câmara, disse, logo após o encontro, que "embora os companheiros não vejam com bons olhos o acordo anterior (parlamentarismo com cinco anos), a Nação precisa de um entendimento".

Segundo ele, "o momento



Moreira e Ulysses discutiram, ontem, o regime

é grave, a crise está aumentando de intensidade e não podemos colocar os interesses pessoais acima dos interesses da Nação brasileira". Apesar das dificuldades, ele ainda acredita no entendimento, que poderá ser forçado pelo buraco negro.

O governador do Rio de Janeiro, presidencialista, observou que se ocorrer o buraco negro — falta do quorum mínimo (280 votos) para aprovação de qualquer dos sistemas — "teremos que estimular o entendimento, porque não podemos conduzir a Nação brasileira à votação".

VOTAÇÃO

O presidente da Assembléia Nacional Constituinte, Ulysses Guimarães, pretende concluir hoje a votação do Título III. A perspectiva, contudo, é que

não haja quorum para votar as matérias que integram o último capítulo.

Com isso, a votação do Título IV só deverá ser iniciada na próxima quarta-feira, pelo capítulo I, naturalmente, que trata do Poder Legislativo. A previsão é de dois dias para conclusão dessa matéria. O capítulo II, que trata do sistema de governo, não deverá ser votado antes de sexta-feira.

Ulysses Guimarães já confirmou a realização de sessões no sábado e domingo, mas a opinião majoritária no congresso é que se o sistema de governo tiver que ser votado, realmente, na sexta-feira, o presidente da Constituinte deverá adiar a sua apreciação para a semana seguinte, exatamente por temer o buraco negro.

A proposta em negociação

TARCISIO HOLANDA
Repórter Especial

O deputado Egidio Ferreira Lima recebe com estranheza a crítica formulada pelo líder do governo, deputado Carlos Sant'Anna, à proposta parlamentarista de sua autoria, segundo a qual ela dificulta a dissolução da Câmara dos Deputados. "A dissolução está prevista em duas oportunidades na minha proposta", contesta Egidio.

O senador e professor Afonso Arinos considera "maravilhosa" a proposta de Egidio para o parlamentarismo, enquanto a nova adesão do movimento, o deputado e ex-ministro do Planejamento, Delfim Netto, a classifica de "engenhosa e sofisticada". Em torno dessa proposta é que se fizeram negociações nas últimas horas, entre o governo e as principais lideranças da Constituinte, à frente Ulysses Guimarães.

A EMENDA

No parecer que emitiu a respeito da emenda Egidio Ferreira Lima, o relator-geral da Constituinte, deputado Bernardo Cabral, afirmou o seguinte:

"É tecnicamente correta e politicamente abrangente, uma vez que reproduz todos os mecanismos institucionais do sistema de governo parlamentarista elaborado ao longo dos trabalhos desta Assembléia Nacional Constituinte, desde as subcomissões e comissões temáticas que trataram da matéria". Mais adiante, ressalta que "a moção de censura, o voto de confiança e a possibilidade de dissolução da Câmara, instituições fundamentais

do Parlamentarismo, ai estão postos e organizados de forma a assegurar a dinamicidade das soluções para as crises políticas sem ameaça à necessária estabilidade democrática".

Contestando a declaração de Sant'Anna, segundo a qual sua emenda procura dificultar a dissolução da Câmara dos Deputados, Egidio cita o parágrafo 1º do inciso XXIV, que é o seguinte:

"O presidente da República poderá, excepcionalmente, ouvido o Conselho de Estado, demitir o governo, comunicando, de imediato, as razões de sua decisão, em mensagem à Câmara dos Deputados, nela fazendo a indicação de candidato ao cargo de primeiro-ministro, procedendo, para a formação do governo, nos termos do disposto no art. 109 e parágrafos 1º ao 7º".

A dissolução da Câmara dos Deputados é prevista, ainda, na referida emenda, no artigo 110: "O governo, em exposição motivada, poderá propor ao presidente da República que, ouvido o Conselho de Estado, dissolva a Câmara dos Deputados e convoque eleições".

Nos termos da proposta Egidio Ferreira Lima, o presidente da República "é o chefe de Estado, o árbitro do governo e o comandante supremo das Forças Armadas, cumprindo-lhe assegurar a unidade, a independência e o livre exercício das instituições nacionais".

Eleito por voto direto em dois turnos para apurar a maioria absoluta, o Presidente não poderá ter vinculação partidária a partir de sua posse, tendo mandato de cinco anos.

Segundo a emenda

Egidio, o governo é constituído pelo Conselho de Ministros, que se compõe do primeiro-ministro e seus ministros. Estabelece-se que "a lei disporá sobre a criação, estrutura e atribuições dos ministérios, bem como sobre o secretariado permanente, organizado em carreira, com recrutamento mediante concurso público de títulos e provas".

O primeiro-ministro é indicado pelo presidente da República após ouvir o partido ou coligação majoritária de partidos na Câmara dos Deputados. Em dez dias, contados da nomeação, o primeiro-ministro e todos os integrantes do Conselho de Ministros devem comparecer perante a Câmara dos Deputados para submeter à sua aprovação o programa de governo.

Em prazo não superior a cinco dias, poderá a Câmara dos Deputados rejeitar o programa de governo por iniciativa de um quinto do voto da maioria absoluta de seus membros. Após a segunda rejeição da indicação do presidente da República, a Câmara dos Deputados, no prazo de 10 dias, fará, sem debate prévio, uma votação para a escolha do primeiro-ministro, da qual resultará eleito o que reunir maioria absoluta.

Em dez dias, o primeiro-ministro e todos os integrantes do Conselho de Ministros comparecerão à Câmara dos Deputados para dar notícia de seu programa de governo. Não conseguindo o eleito maioria absoluta, poderá o presidente da República dissolver a Câmara dos Deputados, convocando eleições.

Afif prevê pacto para transição

São Paulo — Convencido de que vai dar buraco negro na votação da Constituinte sobre o sistema de governo, o deputado Guilherme Afif Domingos (PL-SP) prevê que só depois disso as negociações entre os vários grupos políticos levarão a um verdadeiro pacto de transição. Mas ele acha que se suas previsões se confirmarem, o PMDB terá um excelente pretexto para defender os cinco anos de mandato para o presidente Sarney, sob o argumento de que seria a fórmula para superar o impasse.

Reiterando sua posição "imutável" pelo presidencialismo e pelos 4 anos, Afif acredita que nem presidencialistas, nem parlamentaristas reunirão os 280 votos necessários para aprovar qualquer das propostas. Ou seja, a verdadeira negociação surgirá a partir da derrota dos dois lados.

Na opinião do deputado do PL, o PMDB vem defendendo a alternativa parlamentarista com 5 anos para Sarney porque teme ser derrotado nas urnas, mas se recusa a admitir isso.

Ampliação de bancadas tem resistências

A votação do artigo 56, título IV, do projeto da Comissão de Sistematização, que trata da composição da Câmara dos Deputados, vem mobilizando parlamentares ligados aos estados do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, contrários à emenda proposta pelo presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, ampliando de 60 para 80 o número máximo de representantes por bancada estadual. Segundo o deputado Raimundo Bezerra (PMDB-CE), a ampliação, neste momento, poderia ser vista como "um novo trem da alegria".

"No momento em que a Constituinte consegue dar provas de competência, recompondo sua imagem e prestígio perante a opinião pública, o Legislativo teria que dar o exemplo mantendo os atuais níveis de representatividade", justifica Raimundo Bezerra. Para ele, o aumento do número de parlamentares é mais "um casuismo e uma imoralidade", pois estaria possibilitando que os atuais suplentes se mobilizassem na tentativa de assumir de imediato um mandato para o qual não foram eleitos.

O grupo de parlamentares defende a manutenção dos atuais critérios de composição da Câmara, de acordo com a redação do projeto da Comissão de Sistematização. Para o deputado Firmo de Castro (PMDB-CE), não está em jogo apenas a ampliação de 487 para 540 deputados, mas as implicações morais e políticas inerentes ao fato.

"Do ponto de vista moral seria a mesma coisa que legislar em causa própria", diz Firmo de Castro. "Politicamente, a aprovação de novos critérios de composição das bancadas — permitindo-se o mínimo de 8 e o máximo de 80 deputados — levaria a profundas alterações do quadro atual, com os estados do Centro-Sul obtendo maior representatividade".

De acordo com os cálculos do deputado Délio Braz (PMDB-GO), mantido o ritmo de votação, a emenda de Ulysses Guimarães deverá ir a plenário no máximo até quarta-feira. Dá a necessidade de o grupo agilizar os contatos do grupo.